

ENTREVISTA COM JOAN SCOTT<sup>1</sup> POR ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Em primeiro lugar, professora Scott, obrigada por conceder esta entrevista, estou extremamente feliz por podermos conversar!*

*De um modo geral, como somos leitoras e pesquisadoras muito interessadas em todas as suas reflexões sobre questões de relações de gênero, percebo que as entrevistas com a senhora se concentram principalmente nessas questões. No entanto, gostaria de começar esta entrevista/conversa perguntando sobre sua formação acadêmica. A senhora é especialista em História da França e se tornou uma das principais referências no desenvolvimento da categoria de gênero. Pode nos contar um pouco sobre essa trajetória acadêmica?*

Joan W. Scott – Obtive meu doutorado em 1969 com uma dissertação sobre a história do trabalho na França. Comecei a lecionar no início da década de 1970, no momento do surgimento da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos. Os alunos estavam exigindo "her-story" (história dela) em vez de "his-tory" (história dele) e, junto com muitos amigos e colegas, procuramos atender a essas exigências. Foi um momento muito empolgante e movimentado para a criação de programas de estudos sobre a história das mulheres e para a elaboração de novas pesquisas que tornassem as mulheres visíveis como agentes históricos por direito próprio. Louise Tilly e eu escrevemos um livro para contribuir com esse esforço: *Women, Work, and Family* (Mulheres, Trabalho e Família), publicado em 1978. Desde esse livro, a maior parte da minha pesquisa e dos meus textos tem sido no campo dos estudos sobre mulheres, gênero e sexualidade. Foi o movimento político de jovens feministas que pressionou e conquistou a abertura do currículo para o trabalho feminista e também para o aumento do número de mulheres nas faculdades de faculdades e universidades. Escrevi longamente sobre isso em meu capítulo no livro organizado por James Banner e John Gillis, *Becoming Historians*. Sugiro que qualquer pessoa interessada em minha biografia leia essa obra de "égo-histoire".

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Como foi o processo de construção/compreensão da necessidade de criar uma categoria analítica que entendesse as percepções da diferença sexual como um elemento fundamental para a compreensão das relações de poder das narrativas históricas?*

Joan W. Scott – Foi um processo lento. Primeiro, tivemos de insistir que o estudo das mulheres era uma área legítima de pesquisa; depois, tivemos de perguntar por que elas haviam sido ignoradas ou marginalizadas por tanto tempo; em seguida, tivemos de demonstrar com nossa pesquisa que o problema não era a irrelevância das mulheres para a sociedade, a cultura e a

---

<sup>1</sup> Joan Scott é professora emérita na Escola de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Avançados em Princeton, Nova Jérсия. O seu clássico "Gender: a Useful Category of Historical Analysis" (1986), continua a fundamentar o ensino da história do gênero, das mulheres e da sexualidade em todo o mundo. É o artigo mais consultado (baixado digitalmente) publicado na *American Historical Review* desde que a revista começou a manter registros de citações. Os seus livros mais recentes são *Sex and Secularism* (2018); *Knowledge, Power, and Academic Freedom* (2019); e *On the Judgment of History* (2020).

política, mas as relações de poder entre mulheres e homens que levaram à sua exclusão. Isso exigia uma reconceituação fundamental da história como ela havia sido convencionalmente escrita. Houve muita resistência por parte dos historiadores convencionais; eles poderiam estar dispostos a admitir a necessidade de estudar as mulheres, mas não o fato de que estudar as mulheres (e as relações de poder nas quais elas estavam inseridas) era um aspecto fundamental da história – não apenas um pequeno complemento.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Atualmente, a categoria de gênero, apesar de todos os debates levantados, é uma área bem conhecida e estudada globalmente. Como foi a recepção da categoria de gênero entre os historiadores na época da publicação de *Gender and the politics of History* e quais são as diferenças/permanências até os dias de hoje?*

Joan W. Scott – Considero que o gênero tem muitos usos hoje em dia: é uma descrição das diferentes experiências e ações de homens e mulheres (como nas referências à "diferença entre os sexos" em termos de votação ou de rendimentos); é uma forma de analisar as relações de poder e os padrões de discriminação; é uma forma de compreender as bases sobre as quais essas relações de poder são legitimadas (apelando para o gênero como um fato da natureza, o resultado de diferenças biológicas entre os sexos ou como uma regra de Deus); também tem uma dimensão psicanalítica, uma exploração da constituição de sujeitos sexuados em diferentes sociedades. Para mim, o gênero é a tentativa de explicar o significado inexplicável das diferenças de sexo (biológico), os conjuntos de regras culturais e sociais que tentam "fixar" para sempre significados que, no final das contas, sempre escaparão ao nosso alcance. Para mim, gênero é uma pergunta a ser feita sobre como e de que forma as diferentes sociedades tentam estabelecer e regular normas que resolverão de uma vez por todas a questão dos significados da diferença sexual. O fato de que elas não podem ser resolvidas abre a possibilidade de mudança tanto no nível individual quanto no coletivo.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Desde o seu texto fundamental sobre a categoria de gênero, você tem debatido a validade de unir história e psicanálise. Recentemente, você se dedicou a pensar sobre as noções de "inconsciente" e "fantasia" para entender como as forças do poder social funcionam, enquanto projeções fantasmagóricas em movimento que relacionam desejos individuais e a formação de identidades coletivas. De que forma as noções de "fantasia" e "inconsciente" podem ajudar a entender a categoria das relações de gênero e sua estrutura que provoca debates?*

Joan W. Scott – Essa é uma pergunta muito grande que não posso responder brevemente. Posso indicar-lhe artigos que escrevi: o capítulo introdutório de *The Fantasy of Feminist History* e o artigo dessa coletânea, *"Fantasy Echo: History and the Construction of Identity"*. A teoria psicanalítica coloca o sexo e o inconsciente em seu centro e isso me parece uma das chaves para entender como as forças políticas, econômicas e sociais que visam regular o

comportamento normativo de gênero obtêm sucesso. Quando, por exemplo, líderes autoritários se apresentam como super-homens, há um aspecto libidinal em seu apelo que não pode ser totalmente explicado por fatores materiais. A longa história de exclusão das mulheres da cidadania democrática tem algo a ver com a maneira pela qual a masculinidade passou a ser vista como definida pelo exercício do voto, enquanto a feminilidade foi definida pela subordinação à dominação masculina. Em *The Politics of the Veil*, argumento que as objeções francesas aos lenços de cabeça muçulmanos estão relacionadas às formas pelas quais a insistência francesa na exibição sexual feminina opera para encobrir uma contradição na teoria política republicana que promete igualdade a todos, mas trata as mulheres de forma menos igualitária do que os homens com base na diferença de sexo.

Ana Carolina Eiras Coelho Soaes – *Em seu livro Sex and Secularism, você discute extensivamente que a racionalidade por si só não funciona como argumento para os detratores da categoria de relações de gênero, que percebem qualquer questionamento dos sistemas de gênero como uma grande ameaça cujo resultado será o colapso total da ordem social. O medo da destruição da "família" aparece em vários desses discursos. No seu entendimento, como devemos dialogar com essas pessoas e quais são os jogos de poder político por trás desses discursos que reiteram a naturalização biológica de corpos/sexo/gênero?*

Joan W. Scott – Entendo que a família tem se constituído como um pilar central do Estado-nação moderno; a família reprodutiva, nuclear e heterossexual. É o lugar onde o bem-estar não estatal pode ser proporcionado; é o lugar cuja organização hierárquica (pai, mãe, filhos) é o modelo para outros tipos de hierarquias (raça, classe, casta). O livro *Family Values*, de Melinda Cooper, mostra como o neoliberalismo e o conservadorismo, apesar de algumas agendas diferentes, se unem na questão da preservação da família como o centro moral da sociedade. (O livro analisa principalmente os EUA na segunda metade do século XX). Houve enormes desafios a esse modelo de família e a reação contra esses desafios foi severa. Não creio que possamos convencer "essas pessoas" de que estão erradas. Mas acho que o surgimento de famílias queer, pessoas transgênero e muitas outras formas alternativas feministas de família demonstraram que há outras maneiras de organizar a reprodução e as relações sociais afetivas. A existência dessas alternativas é uma prova da mutabilidade das práticas sexuais e, portanto, é uma forma de provocar mudanças sociais.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Os estudos de gênero geralmente se concentraram na tentativa de explicar "intimidades" e "vidas privadas". Seu trabalho mostra que, ao contrário, a categoria de gênero está sempre relacionada a questões políticas públicas. Se as relações de gênero são mutáveis, circunstanciais e em permanente construção para a manutenção das forças de poder nas sociedades, de que forma as crises políticas catalisam discursos sobre identidades fixas e/ou permitem o questionamento dessas construções de identidade?*

Joan W. Scott – Depende da crise, não é mesmo? Momentos revolucionários (as revoluções francesa e americana, a Comuna de Paris, a Revolução Russa e, mais recentemente, as revoltas em Chiapas, no México) abrem a possibilidade de pensar as construções normativas de forma diferente. Os movimentos de resistência que desafiam as forças do capitalismo global, as privatizações neoliberalistas de serviços públicos e a destruição do meio ambiente geralmente colocam as questões de gênero na linha de frente de suas demandas. Os protestos comunitários questionam as representações individualistas liberais dos diferentes "direitos" de propriedade de mulheres e homens. Os momentos reacionários têm o efeito oposto, buscando "restaurar" ou "proteger" a família nuclear heterossexual natural, dada por Deus. O resultado do choque dessas forças decide (por um tempo) se as mudanças nas construções de identidade são possíveis ou não. Mas não há dúvida de que os significados e a organização das diferenças de sexo estão no centro da questão.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Os espaços públicos estão repletos de referências à cultura histórica, desde a mídia, a literatura, os museus, os monumentos públicos e os locais turísticos. A categoria de gênero tem um caráter muito questionador em relação a esses espaços, pois eles são, em sua maioria, expressões de um passado colonizador, branco e cisheteronormativo. De que forma as pessoas, as cidades e os países poderiam repensar esses espaços públicos e quais seriam os "efeitos de gênero" sobre o passado?*

Joan W. Scott – Isso não é algo em que eu reflita muito. É difícil imaginar uma transformação do espaço público do ponto de vista do gênero, exceto de maneiras bastante comuns: mais mulheres, mais pessoas não brancas, mais representações de pessoas que não-binárias ou que não se conformam com o gênero. Mas tenho que deixar isso para aqueles que têm um senso melhor da estética do espaço público e das artes visuais.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Vários movimentos feministas ocidentais adotaram o uso da categoria "gênero" para analisar as profundas desigualdades e diferenças sociais e políticas que ainda existem em vários países. É possível falar de uma agenda política internacional feminista? Quais são os principais dilemas e controvérsias nas ideias de um feminismo global ou de "feminismos locais"?*

Joan W. Scott – Há muito tempo existe algo como uma "internacional feminista". Meu artigo, "Fantasy Echo", oferece uma maneira de pensar sobre como isso é construído por meio de identificações transnacionais, levando em conta os diferentes locais para ativistas feministas e os diferentes desafios enfrentados em diferentes regiões do mundo. Não acho que exista uma única agenda política feminista internacional, mas há um terreno de luta sobre o que ela pode ser: a versão liberal da igualdade política; uma visão mais radical da igualdade que leva em conta a classe e a raça; uma visão que busca definir a justiça social em termos que excedam os binários tradicionais de gênero. Existem feminismos (no plural), e não um feminismo singular,

que são globais e locais; o que os define é uma interrogação dos termos pelos quais as diferenças de sexo e sexualidade são articuladas, desafiadas e alteradas.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Como a categoria analítica de gênero pode se relacionar com grupos de mulheres que não se consideram feministas, hoje e no passado, mas que se recusaram/recusam a se acomodar em seu “status quo”?*

Joan W. Scott – Acho que estão sendo confundidas duas coisas neste ponto: a categoria de gênero e a resistência de algumas mulheres à identidade política "feminista". Minha suposição é que sua intenção é que eu pense se, apesar de se recusarem a se chamar de feministas, essas mulheres que se recusam a "se acomodar em seu status quo" ainda são feministas porque estão desafiando as categorias normativas de gênero. Considero que não importa se as chamamos de feministas ou não, a questão interessante é que suas recusas são sintomáticas das contradições que acompanham qualquer tentativa de fornecer um significado final para as diferenças de sexo.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Em seus artigos recentes, você questionou e defendeu repetidamente a categoria de gênero e sua relevância analítica. Gostaria que você discutisse mais esse tópico: Afinal, o gênero ainda é uma categoria de análise válida no século XXI?*

Joan W. Scott – Sim, o gênero ainda é uma categoria de análise válida no século XXI! Se ela for colocada como uma pergunta: como as relações entre os sexos estão sendo entendidas? Qual é o significado que está sendo oferecido às diferenças de sexo? Quais são as resistências às regulamentações normativas? Quais são os usos políticos que estão sendo feitos das categorias normativas? Como os programas de líderes autoritários (Turquia, Hungria, Rússia, Polônia, Brasil, Trump nos EUA) são atendidos por sua promessa de "estabilizar" as identidades de gênero e as famílias "tradicionais"? São essas perguntas que devem orientar nossas análises. Assim, nosso trabalho abordará não apenas as instâncias históricas da política, mas também as contemporâneas. Acredito que estamos apenas começando a ser capazes de fazer e responder perguntas desse tipo, e é imperativo que façamos isso, como acadêmicos individuais e coletivamente, como feministas.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares – *Muito obrigada pelo seu tempo, sua generosidade e suas respostas!*